
CONASA SPE S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CONASA SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CONASA SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONASA SPE S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão em 28 de março de 2018, sem ressalvas.



CONASA SPE S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.




CONASA SPE S.A.

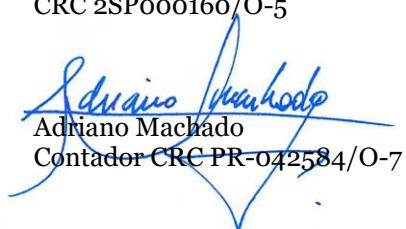
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC PR-042584/O-7

CONASA SPE S.A.

**Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)		Notas	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Circulante		2.947	2.787	Circulante		2.543	2.437
Caixa e equivalentes de caixa	4	803	827	Debêntures	6	2.542	2.335
Créditos tributários		75	25	Fornecedores		1	98
Títulos de valores mobiliários	5	2.069	1.935	Encargos Tributários a pagar		-	4
Não circulante		9.218	9.798	Não circulante		8.910	9.551
Títulos de valores mobiliários	5	9.218	9.798	Debêntures	6	8.910	9.551
				Patrimônio líquido		712	597
				Capital social	7.1	1.292	1.292
				Adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	1.224	654
				Prejuízos acumulados		(1.804)	(1.349)
Total do ativo		12.165	12.585	Total do passivo e patrimônio líquido		12.165	12.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Receitas (despesas) operacionais		(57)	(133)
Despesa gerais e administrativas		(57)	(133)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(57)	(133)
Resultado financeiro		(398)	(319)
Despesas financeiras	8	(1.989)	(1.039)
Receitas financeiras	8	1.591	720
Prejuízo do exercício		(455)	(452)
Prejuízo por ação - Reais		(0,3522)	(0,3498)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(455)	(452)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(455)</u>	<u>(452)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	<u>10</u>	<u>1.333</u>	<u>(897)</u>	<u>446</u>
Integralização de capital	1.282	(1.282)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	603	-	603
Prejuízo do exercício	-	-	(452)	(452)
Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	<u>1.292</u>	<u>654</u>	<u>(1.349)</u>	<u>597</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	570	-	570
Prejuízo do exercício	-	-	(455)	(455)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>1.292</u>	<u>1.224</u>	<u>(1.804)</u>	<u>712</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	<u>(455)</u>	<u>(452)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Juros apropriados sobre debêntures	1.952	1.002
Rendimentos de títulos valores imobiliários	(1.556)	(673)
(Aumento)/redução nos ativos		
Créditos tributários	(50)	(9)
(Aumento)/redução nos passivos		
Fornecedores	(97)	5
Encargos tributários a pagar	(4)	(2)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(210)</u>	<u>(129)</u>
Recebimento de títulos de valores mobiliários	2.002	1.942
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>2.002</u>	<u>1.942</u>
Amortização do principal de debêntures	(1.447)	(1.316)
Amortização de juros de debêntures	(939)	(1.052)
Adiantamento para futuro aumento de capital	570	603
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.816)</u>	<u>(1.765)</u>
Aumento líquido (redução) nos saldos de caixa e equivalentes	<u>(24)</u>	<u>48</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do Caixa inicial	827	779
Composição do Caixa final	803	827

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2018

(valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (não auditado)
Insumos adquiridos de terceiros	(93)	(169)
Serviços de terceiros contratados	(12)	(6)
Outras despesas operacionais	(81)	(163)
Valor adicionado bruto	(93)	(169)
Depreciações e amortizações	-	-
Valor adicionado líquido	(93)	(169)
Receitas financeiras	1.591	720
Valor adicionado total a distribuir	1.498	551
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	1.953	1.003
	1.953	1.003
Prejuízo do exercício	(455)	(452)
Total	1.498	551

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Conasa SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de propósito específico, com sede em São Paulo - SP. Ela foi constituída em 9 de maio de 2014 e tem por objeto social específico realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento em parceria com a Conasa Infraestrutura S.A. Compõe os investimentos em parceria, dentre outros: a) implantação, operação e manutenção de estações de tratamento de água e/ou esgoto; b) implantação de rede distribuidora de água; c) implantação de rede coletora e estações elevatórias, complementares ao sistema de esgotamento sanitário; d) gestão de sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

1.1. Planos da Administração

Com os recursos captados por meio da 1ª Emissão de Debêntures, a Companhia financiará a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados de saneamento em parceria com a Conasa Infraestrutura S.A., incluindo, mas não se limitando, à compra e venda de títulos e valores mobiliários de outras companhias.

2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 26 de março de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras:

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), considerando as alterações introduzidas por meio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

3.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

3.1.2. Instrumentos financeiros

Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

. **Mensurados ao valor justo** (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

. **Mensurados ao custo amortizado.**

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

. Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado;

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

. Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.1.3. Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente,

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia poderia mensurar o

impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de impairment, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - era retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentasse, e o aumento pudesse ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida no resultado, a perda por impairment era revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, era também uma evidência de que esses ativos estavam deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existisse para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado seria retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não eram revertidas.

3.1.4. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.5. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva.

3.1.6. Mudanças em políticas contábeis

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 01 de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

. CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 01 de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. **CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Não existe grandes impactos significativos desta norma, e a Companhia acompanha demais situações para poder finalizar o processo de avaliação de sua adoção plena a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	803	827

Recurso de liquidez imediata e disponível em instituição de primeira linha.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos de valores mobiliários

Investimento em títulos de dívida	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	2.069	1.935
Não circulante	9.218	9.798
	11.287	11.733

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada.

Conforme escritura das debêntures, este investimento possui as seguintes características:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, em 1º de julho de cada ano;
- A remuneração é de 6,25% a.a.;
- Pagamentos de juros e amortização mensal (PMT), com vencimento em 26 de maio de 2025.

Vencimentos das parcelas do ativo não circulante (principal e encargos):

Vencimento em:	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	1.935
2020	2.069	1.935
2021	2.069	1.935
2022	2.069	1.935
Após 2022	3.011	2.058
	9.218	9.798

6. Debêntures

Debêntures	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	2.542	2.335
Não circulante	8.910	9.551
	11.452	11.886

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures de colocação privada, não conversíveis em ações, série única, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil

CONASA SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança da Conasa Infraestrutura S.A., controladora da Conasa SPE S.A. Atualmente, 11.799 debêntures foram integralizadas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo de pagamento da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas (PMT), a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

Vencimentos das parcelas do passivo não circulante (principal e encargos):

Vencimento em:	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	2.334
2020	2.542	2.334
2021	2.542	2.334
2022	2.542	2.334
Após 2022	1.284	215
	8.910	9.551

Condições restritivas financeiras - “Covenants”:

A escritura das debêntures está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário.

Nas condições e características das Debêntures mencionadas acima, a Companhia manteve o cumprimento de todas as cláusulas restritivas.

A Companhia não possui cláusulas de “covenants” financeiros, e atende todas as cláusulas, tais como: obrigação pecuniária, principal ou acessória que não seja sanada no prazo de 30 dias do vencimento ou da notificação; fiança torne-se inábil ou imprópria; garantias prevista na escritura não sejam registradas nos prazos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estabelecidos; reforço de quaisquer das garantias; qualquer ação ou execução acima de R\$ 1.000 que afete a solvência da emissora; não pagamento de dividendos quanto tiver em mora; declaração de qualquer dívida antecipada superior a R\$ 2.000; vier a sofrer protesto legítimo de título superior a R\$ 1.000; pedido de recuperação judicial pela emissora ou por terceiros; requeira falência ou insolvência decretada; redução de capital, modificação do objeto social, cisão, fusão, incorporação, contratação de qualquer operação financeira sem aprovação dos debenturistas; não cumprimento de ação judicial transitada em julgada superior a R\$ 1.000; nota do rating inferior a dois níveis inferiores a nota inicial na renovação anual; apresentação a qualquer tempo das declarações ou garantias aos debenturistas.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 1.292 (um milhão duzentos e noventa e dois mil reais, representando 1.292.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com integralização de parte do adiantamento para futuro aumento de capital. A seguir a demonstração de participação dos acionistas:

	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	1.291.999	99,9999%
Paulo André Gil Boschiero	1	0,0001%
	1.292.000	100%

7.2. Adiantamento para Futuro Aumento do Capital (AFAC)

Foram realizados pela acionista Conasa Infraestrutura S.A. durante o exercício de 2018 aportes referentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 570. Durante o exercício de 2018 não foram integralizados nenhum montante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos iniciais	654	1.333
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	570	603
(-) Integralização de capital	-	(1.282)
Saldos finais	<u>1.224</u>	<u>654</u>

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão apresentados no patrimônio líquido, sem a possibilidade de sua devolução e dependendo de autorização dos debenturistas para o aumento de capital. O adiantamento atende aos requisitos para registro no patrimônio, sendo: irrevogável e irretratável, foi feito na moeda funcional da Companhia e já possui um número determinado de ações que serão emitidas e com valor fixo do aumento de capital.

8. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(36)	(37)
Juros sobre debêntures	(1.953)	(1.002)
	<u>(1.989)</u>	<u>(1.039)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre outros investimentos	1.556	672
Juros sobre aplicações financeiras	35	48
	<u>1.591</u>	<u>720</u>
Resultado Financeiro	<u>(398)</u>	<u>(319)</u>

9. Instrumentos financeiros

9.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		31/12/2018		31/12/2017	
		Valor contábil	Valor de justo	Valor contábil	Valor de justo
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	803	803	827	827
Investimentos	Custo amortizado	11.287	11.287	11.733	11.733
Passivos financeiros					
Debêntures	Custo amortizado	11.452	11.452	11.886	11.886

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

9.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Risco	Saldo atual	Saldo em risco	Cenários		
				Provável	Possível	Remoto
Ativo financeiro	IGP-M	11.287	851	(412)	(309)	(206)
Passivo financeiro	IGP-M	(11.452)	(863)	418	522	627
		<u>(165)</u>	<u>(12)</u>	<u>6</u>	<u>214</u>	<u>421</u>

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.
- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

Manoel Motta Netto
Diretor

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

* * *